

## **Cooperativas habitacionais provinciais**

*Angolense*

*11 de Dezembro de 2010*

Acabei de conhecer, a partir de uma consulta realizada no Brasil, um programa de parceria entre a Secretaria de Estado da Habitação e associações e cooperativas habitacionais. Promovido com intuito de facilitar à população o acesso mais rápido e mais organizado a habitação própria, o programa estabelece os critérios e cria os instrumentos que regulam as condições para participação, habilitação e classificação das famílias e entidades brasileiras interessadas no programa para obtenção de casa própria. Fiquei completamente convencido da sua inatacável eficácia. Em tudo quanto me apercebi, este programa habitacional assenta em princípios sérios por via de uma modalidade de gestão compartilhada entre o Estado e a população interessada, devidamente organizada. Atento e completamente tomado pela curiosidade, rebusquei para comparação e análise alguns extractos dos nossos mais recentes discursos sobre a matéria e relativos a legislação, compromissos assumidos e caminhos já trilhados. Não me parece que estejamos bem. E foi exactamente por isso que decidi recomeçar meus escritos avulsos com este tão candente tema. Ora, façamos um exercício corajoso: em que pé nos encontramos desde o dia em que o Chefe de Estado se dirigiu à nação com o desafio do milhão de casas, aos dias de hoje, passados mais de 2 anos? O balanço, para além de pouco animador, por razões várias não necessariamente assacadas à governação, comporta erros de natureza estrutural passíveis de afectar a dinâmica geral do processo de construção habitacional em curso, e de um modo

mais abrangente, o próprio crescimento económico e industrial registado no sector. Recorde-se que Angola figura ainda como um país que surpreendeu a comunidade internacional, crescendo em bom nível mesmo em tempos de crise e certa penúria financeira e que por isso mereceu o reconhecimento de país promissor, capaz de realizar o programa habitacional milionário e da construção civil em geral. É pois nessa senda que se considera imperdoável e fortemente frustrante, qualquer derrapagem que se verifique a nível da construção, quer seja pela inviabilidade dos programas gizados no capítulo da construção massiva de casas, quer pelo simples abrandamento dos ritmos de crescimento no ramo da engenharia e construção civil em tempos actuais, incomparavelmente de maior optimismo mundial. Uma das causas do brusco abrandamento verificado no sector e particularmente no âmbito da construção habitacional massiva - tenho que assumir pela primeira vez esta posição céptica, descrente mesmo, porque os dados estatísticos não são dos melhores -, um atraso declaradamente irrecuperável para as metas de 2012. E nesta corrida para o milhão - entre as causas, dizia, temos que

apontar a falta de acutilância dos poderes locais, e no caso de Luanda é ainda mais notória, pois, muito pouco ou nada se fez para arregimentar as sinergias necessárias junto das populações através de programas de diálogo de novo tipo, ou seja através do fomento ao cooperativismo e, conseqüentemente às parcerias compartilhadas entre o Estado e os cidadãos beneficiários das habitações em causa. No caso em que me baseio a partir da experiência do Brasil, a ideia foi criação de mecanismos de mobilização para a adesão massiva das famílias interessadas na habitação, ajudar a organizá-las, a divulgação de abundante informação, a reprodução e distribuição massiva de cópias dos regulamentos, e todos os demais actos administrativos com cunho institucional forte, com os quais foram cooptadas as energias e as poupanças possíveis para o programa comum. Eu tive o privilégio de estar por perto da governação de Luanda cerca de 7 magros meses, e daí em diante ficou-me de sobra muito evidente, que o GPL, naquelas condições orgânicas e funcionais que testemunhei, não estaria capaz de liderar uma emulação inter-provincial, não teria pernas para andar, nem serviria de exemplo referencial, na medida em que o programa não foi colhido pela instituição como uma prioridade das prioridades como se fez sentir na comunicação oficial do programa «milhão de casas». Por sua vez, é Luanda quem concentra o maior número de cidadãos interessados por Km<sup>2</sup>, motivo bastante para a procura de soluções e iniciativas de toda a ordem, e quanto mais não seja, para bater-se com as forças disponíveis na aprovação de uma lei das cooperativas, assunto que já leva tempo de espera insustentável, cujo projecto de lei se encontra enclausurado pela burocracia, algures

em gabinetes, se calhar, «competentemente » arquivado. Acresce-se às constatações menos abonatórias para o programa, o facto de que Luanda representou um ponto de ruptura grave para a própria sustentabilidade do processo, pois foi farta em exemplos desagradáveis de mobilização, incentivação e organização, tais como aquele infeliz acontecimento ocorrido no pavilhão da Cidadela Desportiva, apontado como um escândalo, o tal da «casa sorteada» que passou repentinamente de sorteada a comprada, num valor acima dos 100.000 dólares americanos longe dos bolsos dos pobres jovens, com a triste recolha de muitas centenas de rapazes numa manhã inesquecível de histórias habitacionais de sonho irrealizado, com promessas institucionais mal configuradas. Não foi só a história da cidadela desportiva onde vários jovens madrugaram para assistirem e participarem de uma maratona entristecedora para esquecer - rapazes e raparigas devidamente esperançados na casa da sorte, conforme inicialmente prometido, acabaram frustrados, por um triz não foram atentados a uma manifestação de rua em repúdio e protesto que só não teve lugar por milagre. Foi também a vez do falso alarme inscrições para obtenção gratuita de lotes de terreno que seriam oferecidos à população e munícipes, acto para o qual bastaria dar o nome e manifestar o interesse por casa própria. Também este falso passo falhou. As filas de espera e as multidões desesperadas embrulhadas em lutas pelo lugar cimeiro, não se fizeram esperar. Agentes da fiscalização enfurecidos pela desordem e trabalhadores ausentes dos postos de trabalho para lograrem o lote oferecido, trocaram palavras azedas e insultos, até que uma ordem contrária censurou e desmobilizou aquele processo empírico e mal concebido pela governação. Era a prova de mais um

exemplo mau, comprometendo todo o sistema, e de arremço, agredindo a esperança alimentada pelo governo central há 2 anos. Ora, para estes e outros momentos de mobilização e enquadramento das populações para o grande desafio da construção de casas, a aposta no cooperativismo habitacional me parece ser uma solução válida a ter em conta, de molde a obtermos dos cidadãos maior força e união, com as quais o Estado poderá partilhar, facilitando aos cidadãos o acesso ao programa, pois nada melhor que, o colectivismo organizado, e nesse caso particular, o cooperativismo habitacional assente em leis e regulamentos colectivistas que urge aprovar para a maior sustentabilidade e eficácia do programa de construção de um milhão de casas.